

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)

Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

IV



Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)

Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

IV



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Educação: políticas públicas, ensino e formação 4

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Correção: Yaiddy Paola Martinez

Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga

Revisão: Os autores

Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: políticas públicas, ensino e formação 4 /
Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André
Ricardo Lucas Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0284-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.848221907>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador).
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo asseverados ataques nos últimos anos, principalmente no que tange ao estabelecer de políticas públicas e valorização de sua produção científica. O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado “**Educação: Políticas públicas, ensino e formação**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os inúmeros capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrossa.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE: TESSITURAS SOBRE A MENSURAÇÃO DO APRENDIZADO E RENDIMENTO ESCOLAR	
Maria Leonilde da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219071	
CAPÍTULO 2	12
EDUCAÇÃO INFANTIL E ESPAÇOS PARA APRENDER COM LIBERDADE: A REALIZAÇÃO DO SER MAIS	
Monica Abud Perez de Cerqueira Luz	
Flávia Abud Luz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219072	
CAPÍTULO 3	20
ENSINO-APRENDIZAGEM E POLÍTICAS PÚBLICAS:CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Cristiane Aparecida Silva Nascimento	
Jair Lopes Junior	
Maria Beatriz Campos de Lara Barbosa Marins Peixoto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219073	
CAPÍTULO 4	27
DA MINHA JANELA EU VEJO O MUNDO INTEIRO!	
Marina Nogueira Gomes Neta	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219074	
CAPÍTULO 5	30
FUNDAMENTOS PARA UMA PROPOSTA DE ENSINO HISTÓRICO-CRÍTICA SOBRE ENERGIA NUCLEAR A PARTIR DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE SUBMARINOS (PROSUB)	
Israel Silva Figueira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219075	
CAPÍTULO 6	43
FLIPGRID CONTANDO A HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	
Ynnes Carolinne Rodrigues Chaves Campagnucci	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219076	
CAPÍTULO 7	47
CRIANÇAS DE QUATRO ANOS PENSAM SOBRE A ESCRITA! NÃO PENSAM?	
Carla Melissa Klock Scalzitti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219077	

CAPÍTULO 8	56
REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS (1968-1984): A EDUCAÇÃO FÍSICA “EM MARCHA” NO GOVERNO MILITAR	
Silvano Ferreira de Araújo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219078	
CAPÍTULO 9	67
A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM COM O USO DAS TERTÚLIAS DIALÓGICAS EM CONTEXTO DE PANDEMIA	
Deusilene da Silva Nascimento Marques	
Dilsilene Maria Ayres de Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219079	
CAPÍTULO 10	76
O ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO NAS LICENCIATURAS EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO PARÁ: DESRESPEITO ÀS ESPECIFICIDADES DA DOCÊNCIA	
Lucineide Soares do Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190710	
CAPÍTULO 11	88
MOBILIZAÇÃO DE SABERES NO PIBID: REFLEXÕES SOBRE A RESSIGNIFICAÇÃO DA TEORIA NA PRÁTICA DOCENTE	
Chrisley Bruno Ribeiro Camargos	
Mônica Lana da Paz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190711	
CAPÍTULO 12	107
ANÁLISE DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA NA UFPI À LUZ DO ENADE	
Marcus Vinícius de Sousa Lopes	
Jairo de Carvalho Guimarães	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190712	
CAPÍTULO 13	121
DO REAL AO IMAGINÁRIO: A MEDIAÇÃO E AS EXPERIÊNCIAS DA INFÂNCIA	
Cristiane Schmitt	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190713	
CAPÍTULO 14	128
O RESPEITO E A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL: A LITERATURA INDÍGENA NA SALA DE AULA	
Geovana Laura da Silva Souza	
Banjaqui Nhaga	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190714	

CAPÍTULO 15..... 139

UMA POSSÍVEL ANCESTRALIDADE DO OFÍCIO DE MESTRE-ESCOLA

Maria Alveni Barros Vieira

Ymélia de Lima Verçosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190715>

CAPÍTULO 16..... 151

DESAFIOS DO ENSINO REMOTO NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO SUBPROJETO INTERDISCIPLINAR DE LÍNGUA
PORTUGUESA

Elenita Chuproski

Giane Regina Ivancheski

Letícia Michalowski

Luciano Golub Wesselovicz

Paula Elisiane Ribeiro

Rodrigo Augusto Kovalski

Sérgio de Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190716>

CAPÍTULO 17..... 159

PROGRAMA PNAIC NO AMAZONAS: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO
CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO EM AMBIENTE VIRTUAL

Maria Ione Feitosa Dolzane

Zeina Rebouças C. Thomé

Jéssica Amaral Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190717>

CAPÍTULO 18..... 170

A UTILIZAÇÃO DOS JOGOS COOPERATIVOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO
ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES

Bruna Meneguelli da Hora Ferreira

Marcus Antônio da Costa Nunes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190718>

CAPÍTULO 19..... 182

A PANDEMIA E A CONJUNTURA DE CRISE NO FUNCIONAMENTO DO ENSINO
SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS DO ENSINO COM
RECURSO AOS MEIOS DIGITAIS

Albino Alves Simione

Pedro José Zualo

Benedito Jaime Monjane

Domício Moisés Guambe

António Francisco Sefane

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190719>

CAPÍTULO 20.....	204
DISLEXIA NO AMBIENTE ESCOLAR: SINAIS DE TRANSTORNO DISLÉXICO EM CRIANÇAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Tatinês de Melo Araújo	
Corina Fátima Costa Vasconcelos	
Jadson Justi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190720	
CAPÍTULO 21.....	218
POR ENTRE CURRÍCULOS, FORMAÇÕES E CINEMA: “ARTES DE FAZER” DE PROFESSORES NA INVENÇÃO DOS COTIDIANOS DE ESCOLAS	
Danielle Piontkovsky	
Maria Regina Lopes Gomes	
Letícia Regina Silva Souza	
Tamili Mardegan da Silva	
Maria Riziane Costa Prates	
Marcela Fraga Gonçalves Campos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190721	
CAPÍTULO 22.....	219
<i>INVENCIONICES</i> CURRICULARES, FORMATIVAS E DIDÁTICAS: PRÁTICAS DOCENTES COMO ARTES DE FAZER COTIDIANAS	
Danielle Piontkovsky	
Maria Regina Lopes Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190722	
CAPÍTULO 23.....	230
<i>PRATICAS POLÍTICAS</i> DOCENTES QUE ATRAVESSAM OS PROCESSOS FORMATIVOS	
Letícia Reginna Silva Souza	
Tamili Mardegan da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190723	
CAPÍTULO 24.....	241
CINEMA E EDUCAÇÃO: <i>ESPAÇOSTEMPOS</i> ÉTICO-ESTÉTICOS DE APRENDIZAGEM E PROBLEMATIZAÇÃO DA AMIZADE E DA ALEGRIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Maria Riziane Costa Prates	
Marcela Fraga Gonçalves Campos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190724	
SOBRE OS ORGANIZADORES	253
ÍNDICE REMISSIVO.....	254

CAPÍTULO 1

POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE: TESSITURAS SOBRE A MENSURAÇÃO DO APRENDIZADO E RENDIMENTO ESCOLAR

Data de aceite: 04/07/2022

Data de submissão: 08/05/2022

Maria Leonilde da Silva

Docente da rede municipal de ensino – PMJ.
Mestre em formação de professores pelo
Mestrado Profissional em Formação de
Professores da Universidade Estadual da
Paraíba
Juripiranga-PB
<http://lattes.cnpq.br/3420842647747235>

RESUMO: Neste trabalho faremos uma discussão sobre o impacto que as avaliações em larga escala vêm exercendo sobre o cotidiano escolar. Nosso intuito é analisarmos como a avaliação vem sendo pensada e as mudanças provocadas no interior dos espaços escolares, mudando a forma como alunos(as), pais(mães), professores(as) e escola como um todo têm conduzido e pensado o processo de ensino e aprendizagem a partir da avaliação. Para isso realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, buscando identificar a relação entre a adoção de políticas educacionais com os resultados explicitados pelos testes em larga escala, bem como os óbices causados no ambiente escolar e em seus sujeitos. Temos como arcabouço teórico Afonso, Arroyo, Libâneo, entre outros que respaldaram nossa pesquisa. Compreendemos que o processo de avaliação precisa ser analisado, seus reais objetivos devem ser discutidos e explicitados, para que assim possa vir a contribuir para uma aprendizagem significativa e a inclusão efetiva dos diferentes

sujeitos escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação, docentes, estudantes, escola.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira enfrenta muitas dificuldades há algum tempo, entre elas podemos citar os baixos índices de aprendizagem especialmente em Língua Portuguesa e Matemática -, medidos por avaliações internas e externas-, distorção idade/série, analfabetismo funcional, desvalorização do professor, entre outros. Problemas que se arrastam há muito tempo e atingem sujeitos em diferentes níveis de ensino. Na tentativa de reparar estes problemas são elaboradas políticas educacionais, ou seja, um conjunto de medidas ou ações que têm como objetivo trazer algum benefício que perpassa pelo processo educacional dos sujeitos nele envolvidos. Embora tenham sido pensadas como uma forma de solucionar as dificuldades que as escolas enfrentam no que concerne à aprendizagem dos(as) estudantes, a forma como as políticas são conduzidas leva-nos a vê-las apenas como um meio para preparar alunos e alunas para resolver as questões das avaliações internas e externas e assim melhorar os indicadores de suas referidas escolas. Pois o que observamos muitas vezes quando da divulgação dos resultados das avaliações em larga escala é a responsabilização do(a) docente,

sendo este(a) considerado(a) muitas vezes incapaz, desinteressado(a) ou preguiçoso(a), tendo que responder por todos os problemas que envolvem a educação brasileira. Como se questões sociais, econômicas, culturais, de infraestrutura, não tivessem também seu peso na forma como a educação e a avaliação são pensadas e conduzidas dentro e fora do espaço escolar. Partindo desta perspectiva, este trabalho¹ busca problematizar as políticas educacionais no contexto das avaliações de rendimento e sua interferência na formação docente, bem como seus impactos no cotidiano escolar.

METODOLOGIA

O ato de pesquisar não é realizado em vão ou aleatoriamente, quando fazemos pesquisa tentamos solucionar um questionamento, nosso objetivo é encontrar respostas para dúvidas suscitadas a partir da observação de um determinado problema. Não há ciência sem a atividade de pesquisa. De acordo com Prestes (2012), pesquisa designa um conjunto de atividades que pretendem revelar novos conhecimentos. Desse modo, pesquisar exige seguir alguns caminhos para responder aos objetivos traçados pelos pesquisadores.

Partindo desse pressuposto, a pesquisa aqui apresentada configura-se como bibliográfica, haja vista o debruçamento em vasto material escrito a fim de compreender a temática a ser estudada. Segundo Prestes (2012) esse tipo de pesquisa atende aos objetivos de alunos, em sua formação acadêmica, mas também de outros pesquisadores e possibilita a criação de novas proposições na tentativa de explicar a compreensão de fenômenos relativos a variadas áreas do conhecimento.

É também uma pesquisa documental que destaca como categorias de análise as políticas educacionais, avaliação e formação docente, tendo como arcabouço teórico leis que versam sobre as temáticas aqui apresentadas, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE). Elementos escritos que consubstanciaram teoricamente nosso trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

Avaliação: conceito e seus desdobramentos no contexto atual

A avaliação acompanha estudantes, professoras e professores há muito tempo. Com algumas modificações, foi e ainda é utilizada como instrumento para promover os(as) estudantes a série ou ano seguinte. Desse modo, muito tem se discutido acerca da importância de uma avaliação inclusiva, que sirva tanto para os(as) docentes compreenderem e realizarem seu trabalho de forma consistente, como também para estudantes avançarem no processo de aprendizagem. Entretanto, a inserção das avaliações em larga escala no

¹ Recorte de um dos capítulos da dissertação de Mestrado apresentada em 20/06/2020 ao PPGFP da UEPB.

contexto escolar tem trazido impactos para todos os agentes envolvidos nesse processo, especialmente alunos(as) e professoras(es) que são constantemente observados(as) e cobrados(as) a obterem bons resultados independente das condições e realidade em que esses sujeitos estão inseridos.

A partir dessa perspectiva apresentamos o conceito de avaliação a partir de alguns autores, assim como sua relevância no contexto educacional concomitante ao que é apresentado nas bases legais a fim de compreender seu escopo na construção das políticas educacionais. Buscando os pontos de convergência e divergência entre os conceitos apresentados e o caráter adquirido hoje pelas avaliações aplicadas na escola e suas implicações. De acordo com os autores citados a avaliação assume diferentes e importantes significados no cenário escolar, bem como atende a diversos interesses.

Segundo Hoffman (2012, p. 13): “o termo avaliação [...], refere-se a um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando, sempre, à melhoria do objeto avaliado”. A avaliação adquire um papel importante no contexto escolar, pois é um meio para ajudar professor(a) e aluno(a) a construir caminhos para melhorar o processo de ensino e aprendizagem, de modo que não deve ser utilizada como um fim em si mesma ou como punição para o estudante. Nesse contexto, temos:

Avaliar, como parte de um projeto educativo, é diferente de medir. Medida refere-se à aferição, expressa em notas, conceitos ou menções, do aprendizado pretendido. Na tradição e no cotidiano das escolas, a medição tem sido mais valorizada do que a avaliação – tanto que muitos alunos estudam para tirar nota, e não para aprender. Avaliar, por sua vez, reflete determinada concepção de educação, do papel do professor e do que é conhecimento (LIBÂNEO, 2012, p. 264).

Conforme Zabala,

Habitualmente, quando se fala de avaliação se pensa, de forma prioritária ou mesmo exclusiva, nos resultados obtidos pelos alunos. Hoje em dia, este continua sendo o principal alvo de qualquer aproximação ao fato avaliado. Os professores, as administrações, os pais e os próprios alunos se referem à avaliação como o instrumento ou processo para avaliar o grau de alcance, de cada menino e menina, em relação a determinados objetivos previstos nos diversos níveis escolares (1998, p.195).

Para Luckesi, [...] “o ato de examinar se caracteriza, especialmente (ainda que tenha outras características) pela classificação e seletividade do educando, enquanto que o ato de avaliar se caracteriza pelo seu diagnóstico e pela inclusão” (2011, p. 29).

A presença das avaliações no conjunto da educação brasileira começa a adquirir novas nuances a partir da década de 1990 com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). É um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao INEP diagnosticar a situação da educação brasileira, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado no país (BRASIL, 2018). Concomitante, elabora-

se políticas educacionais cujo objetivo seja pelo menos teoricamente, resolver problemas elencados por essas avaliações.

Desde os anos 90, as políticas de avaliação externa, com foco nos testes de larga escala, têm tomado a cena dos diferentes sistemas educativos estaduais ou municipais no Brasil, direcionando os currículos, definindo aquilo que vai ser ensinado nas escolas, criando os standards de aprendizagem (FERNANDES, 2012, p. 98).

O Saeb tem como objetivo avaliar a qualidade da educação brasileira por meio da aplicação de questionários e avaliações realizadas nas escolas. A princípio apenas os dados referentes às escolas públicas eram contabilizados, a partir de 2017 as escolas particulares também começaram a fazer parte da base de dados do sistema. Os dados obtidos sobre aprovação dos alunos através do censo escolar realizado anualmente, somados aos índices de desempenho contabilizados pelo Saeb compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Sobre o Ideb, Oliveira (2014) pontua que ao reunir o fluxo escolar e a média de desempenho nas avaliações como parâmetro de qualidade da educação perde-se a objetividade, pois estas são variáveis pouco objetivas no contexto da educação brasileira, onde estados e municípios tem certa autonomia para definir políticas educacionais. A autora afirma ainda que: “o Ideb vem sendo utilizado em muitos municípios e estados brasileiros como instrumento de avaliação indireta dos docentes (já que quem responde os testes são os alunos), com incidência direta sobre sua remuneração” (2014, p. 454). Se os conhecimentos dos alunos são avaliados, automaticamente o fazer docente também é, de modo que este precisa exercer sua atividade no sentido de preparar os estudantes para a realização destes testes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) no seu 9º artigo, inciso VI esclarece que é incumbência da União “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino”(BRZEZINSKI, 2014, p. 397).

Por sua vez, o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014, p. 2) em seu Artigo 11 determina:

O sistema nacional de avaliação da educação básica, coordenado pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Como podemos perceber no que rege os documentos, a avaliação adquire um papel importante no andamento das atividades escolares, condicionando diferentes comportamentos e formas de participação de todos(as) que estão envolvidos(as) nesse processo, definindo o que é qualidade da educação e as intervenções que serão

implementadas no âmbito escolar a partir dos resultados dessas avaliações. Isso exige reflexão acerca da importância e especialmente da aplicação desses testes em larga escala no contexto escolar atual, haja vista a determinação de estratégias a partir dos resultados contabilizados.

A Prova Brasil é também uma política de avaliação brasileira, criada em 2005 com a finalidade de avaliar as habilidades dos estudantes do 5º e 9º do ensino fundamental nas disciplinas de língua portuguesa (principalmente leitura) e matemática (resolução de problemas).

A defesa dessas avaliações no cenário educacional brasileiro ganha cada vez mais força ao se fazer presente nos documentos oficiais. De acordo com o Plano Nacional de Educação (2014-2024) que na meta 7 vincula diretamente a qualidade da educação ao Ideb, as estratégias 7.11 e 7.36, apontam respectivamente: “melhorar o desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido”...; “estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar” (BRASIL, 2014, p. 7-9).

Uma das prerrogativas do Ideb é o estabelecimento de metas para a educação brasileira a partir dos resultados apresentados nas avaliações em larga escala e assim elevar a qualidade da educação a níveis apresentados pelos países desenvolvidos. Já que tomamos como parâmetro países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual fazem parte 35 países, - a maioria ricos e desenvolvidos -, e alguns países convidados, entre eles o Brasil. As notas obtidas por esses países no Programa Internacional Avaliação de Alunos (Pisa) é o resultado que o governo brasileiro pretende alcançar. A respeito do Pisa podemos citar Carvalho (2009, p. 1010), que diz:

Lançado em finais dos anos de 1990, o Programme for International Student Assessment (PISA) é um dispositivo de avaliação comparada internacional das performances dos escolares que se vem afirmando, ao longo da presente década, como um dos principais meios de acção da OCDE no campo educativo. A agência apresenta-o como um estudo que pretende responder às exigências dos países membros, no sentido de, com regularidade, disporem de dados fiáveis sobre os conhecimentos e as competências dos seus alunos e, conseqüentemente, sobre o desempenho dos seus sistemas de ensino.

Levando em conta o fato de nossas políticas convergirem no sentido do que determina a OCDE e conhecendo um pouco da realidade dos países que integram a organização, alcançar a qualidade de ensino apresentada por estes parece muito distante. Mais ainda, conhecendo nossa realidade social e educacional, esse é um caminho longínquo. É importante salientar que a conformação a essa tendência parte da aliança (como já foi dito anteriormente) com organismos internacionais, de modo que são estes a ditar as regras,

desconsiderando toda a realidade e necessidade das escolas brasileiras e seus agentes. Embora reconheçamos a importância destas alianças, não podemos esquecer que temos nossas particularidades e estas devem ser consideradas quando da elaboração de políticas educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Avaliação no ambiente escolar: eficácia x controle

Compreendendo a relevância da avaliação no cenário escolar, pensamos que ela deva ser aplicada a fim de oportunizar a inclusão dos(as) alunos(as) e garantir um ensino significativo a partir da atuação docente. Desse modo, torna-se imprescindível à escola identificar sua importância tanto para o(a) aluno(a) quanto para sua atuação como agente de transformação e assim buscar entender: a quem a avaliação beneficia? Quais interesses ela atende? O que se pretende alcançar com ela? O entendimento destas questões pode ajudar no processo de ensino e aprendizagem sentido de determinar os meios a fim de garantir que a avaliação contribua significativamente para o aprendizado dos(as) estudantes e para o fazer docente.

Considerando as mudanças pelas quais a educação vem passando, é preciso reconhecer que o processo de avaliação também sofre transformações, precisando adequar-se a objetivos que nem sempre reverberam numa melhor aprendizagem, tampouco em melhorias para escolas, estudantes e docentes. Entretanto, não se pode deixar que essas modificações passem despercebidas ou que seus resultados recaiam apenas sobre professores(as), escolas e alunos(as).

No campo educacional, a utilização de formas de avaliação (dos estudantes, das escolas e dos professores) tornou-se, nas últimas três décadas, peça principal das estratégias empreendidas pelos Estados Nacionais com o interesse de orientar a realização das mudanças em curso (ROSTIROLA, SCHNEIDER, 2016, p. 114).

Conforme observado nos documentos citados não se faz menção em melhorar a qualidade da educação atrelando-a ao conhecimento oferecido aos(as) estudantes, tampouco melhorando as condições físico-estruturais das escolas; e/ou investindo em salário digno para professores e professoras. Mas são ações ligadas apenas ao desempenho de alunos e alunas, bem como das escolas nos testes realizados, a fim de alcançar as médias estabelecidas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para os sistemas de ensino.

É importante não somente atender as exigências de órgãos com os quais o país está alinhado, mas compreender como podemos nos situar e pertencer a esse conjunto sem descaracterizar nossas reais necessidades culturais, sociais e educacionais e assim aumentar ainda mais as lacunas educacionais presentes em nosso país. Mesmo que os

interesses do Brasil em termos de educação pareçam convergir com os desses organismos faz-se necessário situar-nos no tempo e no espaço, compreendendo e buscando atender as demandas educacionais dos(as) estudantes brasileiros(as).

Assim, antes de querer que nos igualemos a nações que investiram e investem pesado em educação, - pois a consideram de extrema importância para seu desenvolvimento-, é preciso conhecer e buscar compreender nossas especificidades, dificuldades, e a partir daí descobrir os caminhos que podem ser trilhados, as metas e os papéis que os(as) envolvidos(as) no processo educacional devem desempenhar a fim de garantir uma educação de qualidade e reverter os fatores que têm contribuído para impedir o avanço educacional e social dos(as) estudantes brasileiros(as).

A aliança entre o Estado e diferentes organismos internacionais tem orientado ações que fogem da realidade de atores educacionais para atender as demandas políticas, econômicas e sociais perpetradas por esses organismos. As feições mercadológicas que têm permeado o processo educacional são responsáveis por essas intervenções e novas formas de pensar e fazer a avaliação. Conforme Imbernón (2016, p. 16):

Durante muito tempo e com a chegada do mundo produtivo empresarial, a qualidade foi interpretada como um conceito absoluto, próximo das dimensões de inato e atributo de um produto. No entanto, a educação que trabalha com sujeitos é produto? Pensamos que não.

Pessoas não são mercadorias, são sujeitos dotados de subjetividades, interesses e conhecimentos que os tornam únicos, assim não deveriam estar na escola para dar uma resposta através de números, especialmente sob o falso pretexto de igualdade de oportunidades quando sabemos claramente que as condições e circunstâncias de vida de cada um interferem no acesso a essas oportunidades, - que tampouco são iguais para todos.

Identificamos atualmente uma tentativa de controlar o trabalho realizado pela escola a partir das avaliações, conforme Apple “Atualmente vem-se exercendo uma enorme pressão para ter totalmente especificados de antemão e rigorosamente controlados tanto o ensino como os currículos, sobretudo no que se refere à eficiência, à eficácia dos custos e à responsabilidade.”[...] (1989b, p.159 apud AFONSO, 2009, p. 33). Acredita-se que esses são os caminhos para atingir uma qualidade significativa no campo educacional. E ainda:

Ao considerar como critério de qualidade o desempenho dos alunos nos exames de português e matemática, ignoram-se outras dimensões fundamentais do processo educativo que devem ser desenvolvidas nas crianças e jovens. Mas, além disso, ao atribuir a ênfase aos resultados dos testes, é empobrecida a atividade docente, reduzindo-a ao treinamento e à perseguição de um foco mensurável. Perde-se aí a dimensão colaborativa e coletiva do trabalho docente, restringindo o foco ao ensino e aprendizagem de duas disciplinas, relevando os conteúdos próprios dessas disciplinas e desprezando outras dimensões do saber humano, necessárias e indispensáveis à vida em sociedade (OLIVEIRA, 2014, p. 456).

Não podemos negar a importância que a avaliação assume no cenário educacional, haja vista ser uma maneira de o professor e a professora acompanharem seu trabalho e o progresso dos(as) estudantes, buscando diferentes formas de integrá-los. No entanto, atualmente não é com esse objetivo que vêm sendo aplicadas as avaliações. Hoje a avaliação tem servido como pretexto para premiar estudantes, docentes, escolas, municípios, justificando não só a aplicação de recursos financeiros, mas construindo uma representação imagética sobre estes indivíduos, bem como sobre o trabalho que realizam. Nesse sentido citamos:

Minha leitura desta avalanche de testes padronizados e políticas de premiação assume perspectiva semelhante. Afirmo que termina por conceber o processo educacional basicamente como ensino de alguns conhecimentos específicos, a sua dimensão cognitiva. Educar fica reduzido a ensinar. Ensinar a instruir. Instruir a preparar para ter êxito em testes padronizados. Processo este que termina reduzindo a educação a questões meramente operacionais (CANDA, 2015, p. 19).

Partindo dessa perspectiva compreendemos que as avaliações em larga escala não dão conta de avaliar integralmente o sujeito, haja vista este possuir competências imprescindíveis a sua formação humana, ao passo que os testes padronizados limitam os conhecimentos adquiridos pelo(a) estudante ao longo do processo educacional, determinando a correspondência entre o que é exigido nos testes e as respostas apresentadas. Trazendo como consequência uma classificação que muitas vezes marca os(as) estudantes como incapazes e fracassados(as), acentuando ainda mais as desigualdades já existentes na conjuntura escolar.

Segundo Afonso (2009) *os julgamentos de excelência*² ocorridos na escola e na sala de aula, contribuem para fabricar não apenas imagens, mas representações sociais positivas ou negativas, que podem levar a promoção ou estigmatização dos alunos, justificando a distribuição diferencial na hierarquia escolar.

Desta feita “um sistema de currículo e avaliações nacionais só ajuda a ratificar e exacerbar as diferenças de gênero, raça e classe, na ausência de recursos humanos e materiais diferentes” (APPLE, 2000, p.71), ademais não só não resolvem os problemas que permeiam a educação brasileira como também não garantem a aprendizagem dos(as) estudantes.

Assim, as políticas educacionais baseadas em resultados de avaliações descaracterizam a relevância da educação para a vida de uma pessoa, desmerecem o trabalho do(a) professor(a) e ainda condicionam as escolas a competirem entre si, para descobrir quem ensina ou quem tem a melhor nota, descaracterizando a importância do conhecimento para o crescimento pessoal e social do sujeito.

2 Citado tal qual no livro do autor, verificar as referências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas que dizem respeito à educação brasileira certamente têm diversas causas, assim como podemos dizer que muitos são também os responsáveis por essas dificuldades, inclusive o próprio ambiente escolar e seus agentes. No entanto, não é isso que se percebe quando da implantação de ações para mudar esse quadro.

Porém, o questionamento que fazemos surge quando da percepção de que apenas as pessoas diretamente envolvidas no ambiente escolar - especialmente professores(as) e estudantes-, são considerados responsáveis pelos contratempos que caracterizam o fracasso escolar, assim como também são na maioria das vezes os únicos responsáveis diretos pela sua resolução.

O que observamos acerca da educação e seus problemas, alguns explicitados pelas avaliações, é que sob o falso pretexto de qualidade e melhores oportunidades para todos, existe uma exclusão e marginalização daqueles que ainda não são considerados capazes de fazer parte do processo, são justamente esses os que fracassam, os que “puxam para baixo” os índices de suas escolas, pois ainda não alcançaram os domínios ou conhecimentos necessários para avançar, parece que nem na escola, menos ainda na vida.

Acreditamos que do mesmo modo que diversas condições contribuem para desencadear o desenvolvimento educacional de uma criança, pensamos que muitos devem ser os motivos levados em conta na hora de pensar em como melhorar o ensino a ela oferecido, assim, a avaliação externa não deve ser a única alternativa para este fim.

Assim, não podemos negar a importância que a avaliação assume no cenário educacional, haja vista ser uma maneira de acompanhar tanto o trabalho do(a) professor(a) quanto do(a) estudante, e assim encontrar novos caminhos, caso este trabalho se mostre insuficiente ou incompleto. Portanto, faz-se necessário refletir sobre esse processo e buscar aplicá-lo de acordo com a realidade do ambiente escolar e os objetivos que se pretende alcançar para todos e todas que dele fazem parte.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

AFONSO, Almerindo Janela. **Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável**. Crítica a accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. Revista lusófona de Educação, 2009, v. 13, n. 13.2009. Disponível em: Acesso em: 10 abr. 2022.

APPLE, Michael W. **Política cultural e educação**. Tradução de Maria José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez, 2000.

AVALIAÇÃO NACIONAL da ALFABETIZAÇÃO. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/sobre-a-ana>> Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL (1996), LDB – Lei 9.394/96. Estabelece Leis, Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. IDEB -apresentação. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/conheca-oideb#:~:text=Ideb%20%C3%A9%20o%20%C3%8Dndice%20de,para%20a%20melhor%20do%20ensino>> Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - LEI Nº 13.005/2014. Disponível em: < <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacionalde-educacao-lei-n-13-005-2014> > Acesso em: 12 fev. 2022.

BRZEZINSKI, Iria. **LDB/1996 contemporânea**: contradições, tensões, compromissos/Iria Brzezinski (org.). – São Paulo: Cortez, 2014.

CANAU, Vera Maria. Educação escolar: entre o “sequestro” e a “reinvenção”? In: CANAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana Beatriz (Orgs.). Educação: temas em debate. 1.ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2015.

CARVALHO, Luís Miguel. **Governando a educação pelo espelho do perito**: uma análise do Pisa como instrumento de regulação. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1009-1036, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 25 mar. 2022.

ESTEBAN, Maria Teresa. Provinha Brasil: reeditando a velha confusão entre avaliação e exame. In: CANAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana Beatriz (Orgs.). Educação: temas em debate. 1.ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2015.

FERNANDES, Claudia. Exames de larga escala e políticas de accountability: impactos no cotidiano escolar. In: CANAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana Beatriz (Orgs.). Educação: temas em debate. 1.ed.- Rio de Janeiro: 7letras, 2015.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação infantil**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. – Porto Alegre: Meditação, 2012.

IMBERNÓN, Francisco. **Qualidade do ensino e formação do professorado**: uma mudança necessária. [Tradução: Silvana Cobucci Leite]. São Paulo: Cortez, 2016.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. IDEB. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/ideb>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização/ José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi- 10 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. – 22. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Os docentes no Plano Nacional de Educação**: entre a valorização a desprofissionalização. Retratos da escola- Brasília, v.8, n.15, jul./dez. de 2014, p. 447-461. Disponível em: Acesso em: 20 mar. 2022.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia.** – 4. Ed. – São Paulo: Rêspel, 2012.

ROSTIROLA, Camila Regina. SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Configurações do estado-avaliador e repercussões nas políticas educacionais brasileiras. **In:** Estado, políticas públicas e educação/ organizadores Maria de Lourdes Pinto de Almeida... [et al.]. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**/Antoni Zabala; tradução Ernani F. da F. Rosa – Porto Alegre: Artmed, 1998.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambiente virtual 116, 159, 162, 166, 167, 168

Análise do comportamento 20, 21, 22, 23, 25, 26

Anos iniciais do ensino fundamental 26, 204, 205, 206

Antiguidade 139, 141, 142, 148, 149

Aprendizagem 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 14, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 40, 47, 49, 52, 64, 67, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 91, 92, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 111, 116, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 144, 151, 152, 153, 159, 160, 161, 162, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 227, 234, 235, 241, 242, 243, 245, 246, 249, 251, 252

Avaliação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 68, 83, 90, 95, 102, 108, 109, 111, 112, 115, 118, 119, 120, 175, 189, 200, 210, 211, 214, 215, 216, 234, 235

C

Ciências 12, 20, 26, 30, 32, 33, 37, 39, 41, 42, 80, 86, 93, 94, 128, 149, 182, 202, 203, 221, 253

Contexto remoto 151, 156

Cotidianos 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 240

Crise sanitária 182, 183, 189, 195, 200, 201

Currículos 4, 7, 14, 22, 91, 99, 104, 157, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 226, 227, 228, 230, 232, 239, 240, 252

D

Dislexia 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Diversidade 18, 76, 77, 117, 128, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 168, 172, 177, 203, 224, 246

Docente 1, 2, 4, 5, 6, 7, 24, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 59, 67, 70, 79, 80, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 140, 150, 152, 153, 157, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 200, 201, 202, 220, 223, 227, 228, 230, 233, 234, 238, 239, 240, 248, 253

E

Educação bancária 12, 13, 14

Educação física 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 170, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 181, 226

Educação infantil 10, 12, 45, 47, 48, 49, 54, 121, 122, 126, 127, 181, 215, 241, 246, 250, 252

Educação superior a distância 107, 109, 119

ENADE 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120

Energia nuclear 30, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42

Ensino 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 37, 39, 41, 42, 44, 45, 51, 56, 59, 63, 65, 66, 67, 68, 71, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 97, 100, 101, 102, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 128, 135, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 211, 212, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 227, 230, 231, 232, 239, 241, 253

Ensino fundamental 4, 5, 26, 27, 29, 44, 128, 142, 151, 152, 153, 157, 158, 170, 171, 172, 173, 174, 180, 181, 204, 205, 206, 211, 216, 218, 219, 220, 241

Ensino superior 76, 77, 80, 105, 107, 108, 110, 111, 112, 118, 119, 120, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 253

Ensino-aprendizagem 20, 21, 22, 23, 25, 26, 92, 111, 116, 171, 175, 182, 185, 186, 187, 193, 195, 200, 201, 205, 212, 214, 227

Escola 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 24, 26, 27, 28, 29, 37, 40, 41, 42, 43, 47, 48, 51, 52, 63, 65, 67, 68, 71, 72, 73, 77, 80, 84, 86, 93, 94, 97, 121, 122, 123, 126, 128, 130, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 155, 157, 158, 168, 171, 172, 174, 176, 177, 180, 181, 208, 209, 210, 211, 216, 217, 223, 224, 225, 226, 228, 232, 234, 236, 237, 239, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 250, 251

Estágio supervisionado obrigatório 76, 77, 80, 83, 85

Estudantes 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 27, 28, 29, 43, 44, 45, 83, 89, 92, 95, 96, 108, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 147, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 209, 210, 211, 212, 214, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 242, 243, 246, 247

F

Famílias 28, 29, 67, 68, 71, 72, 121, 122, 123, 126, 141, 144, 145, 147, 193

Formação de professores 1, 20, 23, 26, 56, 57, 72, 76, 80, 81, 84, 86, 89, 92, 101, 105, 150, 151, 159, 175, 216, 220, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 239, 241, 242, 248, 251, 252, 253

H

História 12, 13, 18, 25, 28, 31, 32, 34, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 66, 78, 79, 89, 123, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 137, 139, 140, 141, 142, 149, 150, 210, 228, 240, 244, 245, 248, 249, 250, 251

Humanizada 12, 200

I

Imprensa periódica 56, 58, 65

J

Jogos cooperativos 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181

L

Língua portuguesa 1, 5, 24, 26, 61, 81, 149, 151, 153, 154, 155, 190

Linguagem escrita 47, 48, 51, 52, 54, 217

Literatura indígena 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138

M

Medievos 139

Mudanças 1, 6, 25, 27, 28, 60, 77, 108, 111, 143, 146, 157, 171, 182, 184, 186, 187, 188, 193, 199, 200, 245

O

Opressor 12, 14, 16, 18

Oprimido 12, 14, 15, 16, 18, 19

P

Pandemia 27, 28, 36, 44, 67, 151, 152, 156, 157, 173, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Pedagogia histórico-crítica 30, 32, 42

Pedagogia libertadora 12, 16

PIBID 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 253

Prática docente 24, 39, 40, 41, 59, 84, 88, 90, 92, 93, 94, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 173, 174, 180, 202, 223, 239

Professor 1, 3, 8, 9, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 40, 41, 43, 44, 54, 61, 62, 67, 68, 70, 71, 73, 78, 82, 83, 84, 89, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 103, 105, 110, 116, 121, 122, 128, 129, 130, 133, 136, 140, 141, 142, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 168, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 189, 193, 197, 200, 204, 206, 211, 212, 213, 214, 216, 223, 226, 230, 231, 234, 235, 238, 239, 241, 248, 253

PROSUB 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42

Q

Qualidade 4, 5, 6, 7, 9, 10, 15, 51, 65, 72, 77, 79, 84, 85, 86, 92, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 118, 119, 120, 140, 141, 148, 153, 168, 173, 181, 185, 188, 194, 195, 198, 201,

212, 223, 231, 235

R

Realismo nominal 47, 48, 49, 52, 53

Residência pedagógica 76, 151, 152, 153, 157, 158

Respeito 5, 9, 13, 17, 21, 50, 56, 58, 68, 71, 73, 74, 77, 90, 94, 103, 104, 117, 124, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 145, 153, 156, 172, 177, 200, 223, 226, 230, 231

Ressignificação 88, 90, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 103, 104

Revistas pedagógicas 56, 59

S

Saberes docentes 23, 88, 92, 99, 106, 239

Sala de aula 8, 16, 22, 28, 29, 44, 49, 52, 84, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 117, 121, 123, 128, 129, 130, 134, 135, 136, 137, 138, 152, 156, 157, 158, 173, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 185, 186, 192, 193, 197, 204, 212, 213, 225, 243, 247, 248, 249

T

Tertúlias dialógicas 67, 68, 71, 72, 73, 74

U

UFPI 61, 107, 108, 109, 110, 113, 118, 119

V

Valorização cultural 128

Valorização da docência 76, 78

Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

IV



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022

Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

IV



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2022